

# ‘Governo federal deve R\$ 150 mi à Bahia’

## Governador Rui Costa reclamou que repasses para obras viárias estão atrasados

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Além do já conhecido imbróglio do empréstimo de R\$ 600 milhões (liberados pelo Banco do Brasil para o Governo da Bahia e supostamente travado pelo governo federal), surge mais um embate entre o governador Rui Costa e o governo federal, desta vez por atraso em repasses no valor de R\$ 150 milhões para obras que incluem a conclusão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. Em visita às obras da Linha Azul (obras de infraestrutura na Avenida Gal Costa) ontem, Rui afirmou que o projeto tem sido tocado apenas com recursos do Estado, e criticou o Planalto. Segundo ele, falta receber R\$ 89 milhões da União para as obras da avenida.

“Já no metrô, são R\$ 60 milhões de atraso. O governo federal está devendo R\$ 150 milhões ao povo baiano, juntando aqui, na (Avenida) 29 de Março e o metrô. Mas estamos suplementando com recursos próprios para não permitir que a obra pare”, disse Rui Costa. Após inaugurar a praça Vila Nova de Pituáçu, o governador deu detalhes do andamento das obras e do projeto como um todo, incluindo o BRT a ser construído pela prefeitura de Salvador. “Aqui passará um BRT ligando a orla atlântica, passando pela Avenida Pinto de Aguiar, saindo no bairro do Lobato, no subúrbio ferroviário. É a maior obra de mobilidade urbana que está sendo executada no país, e vai trazer uma transformação completa para nossa capital. É importante atrair mais investimentos para o nosso Estado tendo como cartão de visita uma obra como esta”, afirmou Rui Costa.

Segundo o diretor de obras da Conder, Sérgio Silva, o trecho visitado, que tem três quilômetros e a entrega prevista em cerca de 40 dias, e está com 95% das obras concluídas, corresponde à etapa 6 do projeto e custou R\$ 147 milhões. O projeto completo, orçado em mais de R\$ 647 milhões, consiste em um sistema viário que compreende a interligação da Avenida Pinto de Aguiar à Avenida Gal Costa, duplicação da Avenida Gal Costa, implantação da ligação Pirajá - Lobato, constituindo uma nova via transversal à Avenida Paralela, interligando a orla de Patamares / Pituáçu à orla do Subúrbio / Lobato, numa extensão de aproximadamente 12 quilômetros.

O governador disse ainda em entrevista coletiva que “Salvador nunca recebeu tantos investimentos”. “O metrô e essas obras, estamos falando de cerca de R\$ 9 bilhões de investimentos. Tudo isso vai mudando a paisagem de Salvador”, disse Rui.

**O GOVERNADOR**  
Rui Costa disse ontem que tem colocado recursos estaduais nas obras da Avenida Gal Costa e do metrô



## Vice-líder de Temer diz que ‘reclamação é estranha’

Vice-líder do governo no Congresso Nacional, o deputado federal baiano Benito Gama (PTB) disse à **Tribuna** que acha “estranho” o governador Rui Costa reclamar de atraso de verbas para obras, sobretudo as do metrô. Além de desmentir o petista, Benito o ironizou pelo fato de Rui afirmar reiteradas vezes que o metrô é obra somente do governo da Bahia desde que a presidente eleita Dilma Rousseff foi destituída do poder, há um ano e meio. “Eu fico até assustado com uma

declaração desse por parte de nosso governador, porque o metrô é dele. O governador diz que o metrô é obra do Governo da Bahia”, provocou Benito.

O deputado disse que, ao contrário, as obras da Bahia estão sendo “destravadas” pelo governo Temer, e culpou os ex-presidentes Lula e Dilma pelos atrasos, além de instigar o governador Rui Costa com acusação de que ele nunca procurou Temer para tratar das demandas do Estado. “As obras da

Bahia estão andando de verdade só agora. O presidente Temer vai destravar a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), o aeroporto de Salvador... Os culpados não somos nós. Estranho mesmo o governador falar isso. Ele que se afastou, ele nunca foi conversar com o presidente. Não vamos prejudicar a Bahia de jeito nenhum. Ele está esquecendo a função dele de governador e se deixando levar apenas por motivações partidárias”, disse Benito. (RF)

## PR baiano nega apoio à Previdência em troca de cargos

HENRIQUE BRINCO E RAUL MONTEIRO  
REPÓRTERES

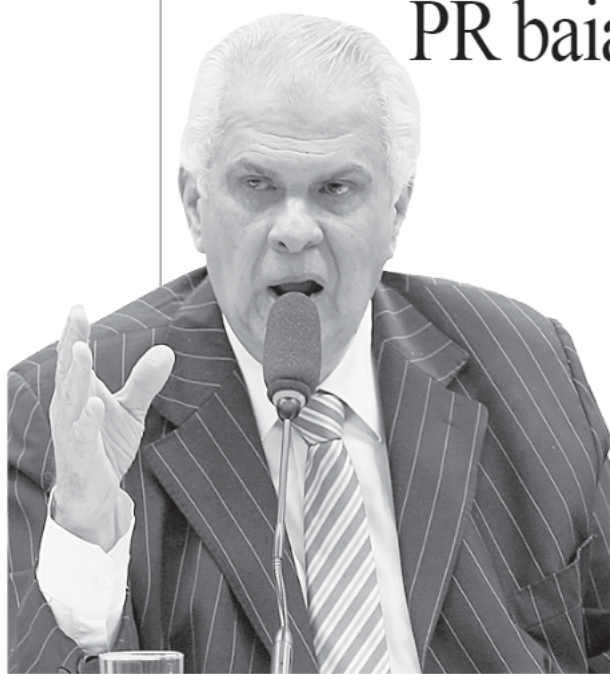
O presidente Michel Temer estaria negociando entregar cargos de indicações políticas dos irmãos Vieira Lima (PMDB) na Bahia ao líder do PR na Câmara, deputado José Rocha (BA), se a bancada do partido entregar votos pela reforma da Previdência. A informação foi divulgada pela colunista Andreia Sadi, da GloboNews. Ela apurou que o Planalto discute atender a um suposto pleito do líder do PR, deputado José Rocha, por indicações na companhia de Docas (que cuida de portos) de Salvador. Atualmente o espaço está loteado por nomes indicados por Geddel e Lucio Vieira Lima (PMDB), segundo auxiliares presidenciais. O Planalto está dis-

posto a dividir a área com partidos desde que a bancada garanta que atender ao líder signifique atender à bancada. Procurado, o deputado federal José Rocha negou qualquer interesse na indicação do novo titular da Codeba.

Ele atribuiu o rumor ao próprio Palácio do Planalto, que estaria interessado em desgastá-lo. Rocha acha difícil votar a favor da proposta hoje, principalmente porque considera que o governo não cumpriu sua parte de buscar convencer a sociedade sobre a real necessidade da reforma e o corte dos privilégios, o que torna, em sua avaliação, o apoio às medidas pelos parlamentares eleitoralmente muito oneroso. “Faltou comunicação. Disse ao presidente (Michel Temer), inclusive, que precisa usar mais as rádios no interior para a divulgação dos benefícios que a reforma vai trazer”, afirmou

o parlamentar. A direção da Codeba está vaga desde que Pedro Dantas, indicado do deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB), deixou o cargo.

A sequência de desgastes a que Lúcio foi submetido desde a prisão do irmão estaria dificultando a indicação do substituto de Dantas por ele, fomentando o interesse de outros deputados governistas no posto que é controlado há décadas pelos peemedebistas. O Política Livre informou ainda que José Rocha estaria tentando reempregar no órgão o diretor administrativo-financeiro, apadrinhado seu, que perdeu o cargo depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Procurado pela **Tribuna**, o deputado José Carlos Araújo (PR) também negou os rumores e disse desacreditar que a reforma seja aprovada no Congresso.



**JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR)** negou os rumores e disse desacreditar que a reforma seja aprovada no Congresso

## Câmara Municipal vota projeto que revisa valores de terrenos e construções

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador vota hoje o projeto para reajustar os Valores Unitários Padrão de Terreno e de Construção, (VUPT e VUPC), fatores utilizados no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O projeto foi encaminhado pelo prefeito ACM Neto (DEM) em novembro. Segundo o Executivo, haverá somente atualização monetária, “tendo em vista a realidade atual do mercado imobiliário, caracterizado por fluidez e oscilações nos preços dos imóveis”.

“Avaliando a realidade atual do mercado imobiliário local em confronto com os valores de metro quadrado dos terrenos (VUPT) atualmente em vigor, na forma da Lei nº 8.473/2013, a análise da Secretaria Municipal da Fazenda concluiu pela manutenção dos valores anteriormente apurados, atualizados apenas monetariamente, exceto em logradouros no Bairro da Paz e Cassange, que tiveram os valores reduzidos. Além disso, foram fixados os Valores Unitários Padrão de Terreno (VUPT) referentes aos logradouros que surgiram após a publicação da Lei nº 8.473/2013, última revisão periódica da Planta Genérica de Valores”, afirmou o gestor soteropolitano em mensagem enviada à casa legislativa. O Projeto de Lei também traz

**A CÂMARA** de Salvador vota hoje o projeto para reajustar os Valores Unitários Padrão de Terreno e de Construção

mudanças com o objetivo de simplificar a forma de cadastramento dos profissionais autônomos, que passa a ser por meio eletrônico, bem como o pagamento do imposto, que será mediante Documento de Arrecadação Municipal. O lançamento do ISS dos autônomos deixará de ser “de ofício” e passará a ser por “declaração”, com base nas informações anuais do profissional que continua exercendo atividade econômica.

O Projeto de Lei estabelece ainda condições espontâneas de pagamento do Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis (ITIV) para adquirente de imóveis que ainda não obtiveram a emissão de Alvará de Habite-se, com o objetivo de oferecer comodidade ao contribuinte que tenha interesse em antecipar a quitação do imposto, extinguindo, dessa forma, o crédito tributário. Essa medida atende ao desejo de muitos contribuintes que procuraram a Secretaria da Fazenda com esse objetivo.



Foto: Antonio Queirós

## Líder diz que IPTU será reajustado

Vereadores da oposição criticam a medida. “A oposição é contra porque há um acréscimo no valor do IPTU e nós entendemos que o mercado imobiliário e a construção civil vem sofrendo com os inúmeros encargos e, principalmente, os aumentos abusivos que estão gerando desemprego em Salvador. Então, a orientação é votar contra o projeto”, afirma o líder da oposição, vereador José Trindade, à **Tribuna**.

“O aumento não condiz com a condição econômica dos cidadãos de Salvador e viola gravemente o princípio da proporcionalidade e razoabilidade tributária. A atualização apresentada no Projeto de Lei é superior ao IPCA do período: o

aumento apurado no VUP do PL foi de aproximadamente 27,9% e o IPCA foi de 26%. O Projeto de Lei indubitavelmente majora o IPTU”, disse Marta Rodrigues (PT) à **Tribuna**. No último dia 5, o assunto foi debatido na Câmara Municipal em uma sessão especial. Na ocasião, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) foi representada pela advogada Tatiane Viana, da Comissão de Direito Tributário. Ela disse estranhar o fato da Prefeitura enviar ao Legislativo novo projeto de revisão do IPTU, antes do Tribunal de Justiça concluir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada pelo órgão contra o reajuste de 2014. (HB)